



valor a ser cobrado das Instituições Financeiras é requisito mais importante, em detrimento da especialização e experiência da empresa.

A capacidade de prestação de um serviço excelente e segura pela empresa que vencerá a licitação pouco importa, desde que ela cobre pouco das Instituições Consignatárias, esquecendo-se da preciosidade das informações que trafegarão pelo sistema almejado, que se tratam de dados financeiros de seus servidores e de suas consignações facultativas, bem como sobre a margem disponível desses servidores – um prato cheio às Instituições Financeiras, dispostas a tomar a vida do servidor com disponibilidade de margem um verdadeiro inferno, na oferta incansável de empréstimos e “condições”

Discorreremos acerca desses itens a fim de explicar que se trata de um processo de obtenção de um serviço composto por diversas formas para sua prestação, diversas etapas e sistema online específicos, bem como diversas empresas com diversas políticas de segurança e qualidade de seus serviços.

Dentre as modalidades de licitações e tipos previstos pela legislação brasileira, a lei 10.520/02 regulou o chamado Pregão, uma modalidade aberta para todo o público, inclusive com participação facilitada via internet, onde os bens comuns podem ser adquiridos na sessão do “Pregão”, onde os participantes disputam o fornecimento dos serviços ou produtos, por meio de propostas e lances, em busca da melhor classificação, seja pelo menor ou pelo maior lance, de acordo com o que estiver em tela.

Grande parte dos juristas do direito administrativo dedicaram diversos estudos para a definição do que seriam os bens e serviços comuns definidos por lei como objetos da modalidade Pregão. Palmieri discorre que:

*Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais do mercado, tais como peças de reposição de equipamentos, mobiliário padronizado, bens de consumo, combustíveis e material de escritório, bem assim serviços de limpeza, vigilância, conservação, locação e manutenção de equipamentos, entre outros.*

Pois bem. O objeto da licitação em comento é um sistema gerenciamento de margens consignáveis, que possui particularidades únicas e especificações que os tornam diferenciados dos demais softwares e sistemas. Além do mais, esse processo licitatório não está sendo realizado para que, ao final da disputa, seja entregue um sistema para que a Administração simplesmente o utilize: é de suma importância a prestação de serviços da empresa detentora do mencionado software, pois ela ficará encarregada da customização do software de acordo com as necessidades e rotinas exclusivas do órgão, neste caso, a Prefeitura Municipal de Maceió – dentre outros serviços inerentes à empresa em questão, desde suporte, treinamento de servidores, assistência técnica e serviços diversos.